



REVISTA
Casa da

ISSN 1516-7712

GEOGRAFIA
de Sobral

PLANEJAMENTO URBANO: EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR NA CIDADE DE CAMPOS SALES, CEARÁ

Urban Planning: Experience of Participatory Practices in School Environment of Campos Sales, Ceara

Urbanismo: la Experiencia de las Prácticas Participativas en la Escuela en la Ciudad de Campos Sales, Ceará

Mariano de Oliveira Carvalho *
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda **

RESUMO

O presente artigo versa sobre as questões teóricas e operacionais que envolvem o planejamento urbano, mediante a análise e a justaposição de estudos, ideias, propostas e relatos apresentados por importantes autores que se debruçam em torno das discussões das problemáticas urbanas e que apresentam alternativas e possibilidades de construção de cidades mais justas, balizadas por um planejamento urbano participativo que possa, gradativamente, ajudar na superação dos planos de gabinetes. Na busca de pensar a efetiva participação dos agentes produtores do espaço urbano no processo de construção do planejamento, apresentamos uma experiência didático-pedagógica implementada na Escola de Ensino Médio de Campos Sales-Ceará, por meio da aderência de práticas, bases teóricas e parcerias interinstitucionais, se construiu materiais para a elaboração de novos subsídios legais voltados ao planejamento da cidade de Campos Sales-CE, tendo como culminâncias a elaboração da Lei de Bairros e posterior revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município citado. Durante os três anos do Ensino Médio, um grupo de dez alunos estiveram envolvidos nessa prática, mediante o uso de fundamentos da cartografia participativa e o desenvolvimento da pesquisa-ação.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Ambiente Escolar. Cartografia Participativa.

ABSTRACT

This article deals with the theoretical and operational issues involving urban planning, through the analysis and the juxtaposition of studies, ideas, proposals and reports submitted by major authors that focus around the discussion of urban issues and present alternatives and possibilities building fairer cities, buoyed by a participatory urban planning that can gradually help overcome the offices plans. In search of thinking the effective participation of producing agents of urban space in the process of the planning construction, we present a pedagogical teaching experience implemented in Secondary Education School of Campos Sales, Ceara, by the adherence practices, theoretical and inter-institutional partnerships, it was constructed the materials for the development of new legal subsidies aimed at planning of the city of Campos Sales, that had its peak the elaboration of the law of Neighborhoods and subsequent revision of the Master Plan for Urban Development of the said municipality. During the three years of high school a group of ten students were involved in this practice, through the use of fundament of participatory cartography and the development of action research.

Keywords: Urban Planning; School Environment; Participatory Cartography.

(*) Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: mocarvalho45@hotmail.com

(**) Orientadora. Professora do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: virginiaholand@hotmail.com



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 17, n. 1, p. 45-59, Mar. 2015, Edição Especial, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 1516-7712 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

RESUMEN

Este artículo cercase de cuestiones teóricas y operativas relacionadas con la planificación urbana, a través del análisis y compilación de estudios, ideas, propuestas presentados por reconocidos autores que discuten el tema de las cuestiones urbanas, presentando las alternativas y las posibilidades para la construcción de ciudades más justas, estimada por un urbanismo participativo que puede ayudar gradualmente a superar los planes de oficinas. Pensando en la participación de los agentes productores del espacio urbano en lo proceso de planificación, se presenta una experiencia didáctica y pedagógica implementada en una Escuela Secundaria ubicada en Campos Sales en el estado de Ceará. Mediante la adopción de prácticas, lecturas teóricas y alianzas interinstitucionales se crearon materiales para la construcción de nuevos subsidios legales dirigidos a la planificación de la ciudad de Campos Sales-CE. La construcción de la Ley de Barrios y la posterior revisión del Plan Director de Desarrollo Urbano de este municipio fueron consideradas en esta actividad. Durante los tres años de la escuela secundaria, un grupo de diez estudiantes estuvieron involucrados en esta práctica, mediante el uso de bases de cartografía participativa y el desarrollo de la investigación asociada a la acción.

Palabras-clave: Urbanismo; Ambiente Escolar; Cartografía Participativa.

1. INTRODUÇÃO

As reflexões realizadas nesse artigo fazem parte das pesquisas desenvolvidas para construção de nossa dissertação no curso de Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. A proposta foi iniciada originalmente em um projeto de extensão intitulado "Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado", desenvolvido na Escola de Ensino Médio - E.E.M. de Campos Sales, popularmente conhecida na cidade como "Grupinho da Praça". Em ambas as propostas, ou seja, tanto na fase embrionária de um projeto gestado como extensão, como na proposta transformada no projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no mestrado, há um forte vínculo entre a Geografia Urbana associada às noções da cartografia participativa e prática de ensino de geografia, norteadas pelo princípio da pesquisa-ação em prol da concretização da cidadania a partir da prática realizada em sala de aula que leva o aluno a dialogar com a comunidade para pensar a cidade.

Partimos do pressuposto de que o ensino de geografia, associado à prática da pesquisa-ação, através do uso da cartografia participativa, pode vir a contribuir significativamente para a melhoria da relação ensino-aprendizagem, para o fortalecimento dos vínculos estabelecidos entre a escola e a comunidade, e como via de facilitação da participação da população local na vida política da cidade na qual está inserida, especialmente no tocante à geração de materiais de suporte para a elaboração de arcabouço legal voltado ao planejamento urbano de modo a que este venha a considerar os conhecimentos acumulados pelos habitantes da cidade e suas formas de vivenciá-la.

O artigo está estruturado em três momentos intercomplementares. No primeiro, há um breve relato acerca do modelo de planejamento urbano que se desenvolveu no Brasil com a constituição de 1988, ao mesmo tempo em que é tecida uma crítica às implicações que este modelo provocou. No segundo momento, discute algumas das reflexões defendidas por importantes pensadores nos estudos

da cidade e do urbano, na perspectiva do pensamento crítico - Castells, Harvey e Lefebvre -, buscando promover o diálogo entre as ideias, de modo a encontrar bases que permitam vislumbrar possibilidades de se pensar o planejamento urbano de modo diferente das vias tradicionais do fazer urbanístico, a partir dos relatos, conceitos e utopias apresentados e defendidos pelos autores. No terceiro momento - que antecede as considerações finais - estão apresentados os elementos empíricos de nosso trabalho, na pequena cidade de Campos Sales.

2. PLANEJAMENTO URBANO: O MODELO BRASILEIRO

Muito embora o Brasil tenha pouco mais de quinhentos anos de história, sua ascensão enquanto país majoritariamente urbano é algo relativamente recente. Todavia, no decorrer dos processos que desembocaram na configuração urbana assumida pela nação "tupiniquim", foram de relevante importância as ações implementadas por sobre o espaço brasileiro no percurso do século XX a fim de configurar o modelo de planejamento urbano que por aqui se estabeleceu.

O planejamento urbano no Brasil não se trata de um assunto tão recente quanto se possa imaginar. Já no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro - então capital federal - passou por um processo de reestruturação denominado de Reforma Passos, processo este pautado no modelo francês, implementado pelo Barão de *Haussmann*, quando fora prefeito de Paris durante o século XIX. Conforme nos falam Souza & Rodrigues,

A Reforma Passos consistiu em diversas obras de alargamento de ruas, abertura de novas vias e embelezamento (construção de praças e jardins) na área central da cidade e suas cercanias. Seus objetivos básicos eram três: um econômico - adaptar a área central às novas exigências do capitalismo quanto à circulação de mercadorias e pessoas [...] outro ideológico e simbólico - fazer com que a capital do Brasil republicano pudesse ombrear com suas rivais platinas, Buenos Aires e Montevideú (que se davam ares de cidades "europeias") perante as quais se sentia inferiorizada; e, por fim, um objetivo político - "limpar" as proximidades de áreas institucionais importantes, como o Palácio do Catete (residência dos presidentes da República), da presença, tida como perigosa, de tantos e tantos cortiços e casas de cômodo que se espalhavam pelo centro do Rio e seus arredores. (2004, p. 37).

Os mesmos autores salientam que o Plano Diretor recorrentemente fez parte do arcabouço legal das instituições de governança desde as primeiras décadas do século XX. Entretanto, conforme apresentado na citação acima, tais documentos vinham carregados de uma visão ideológica exterior, pautada na manutenção do *status quo* o que permite caracterizá-los como propostas conservadoras.

O caráter conservador associado ao planejamento urbano no Brasil manter-se-á nas décadas seguintes, sendo que, em alguns momentos, terá sido potencializado pela conjuntura que estabeleceu o Estado. Quando do período da Ditadura Militar (1964-1985), o planejamento urbano levou a cabo os

interesses do governo no tocante a corroborar com a manutenção da ordem econômica e social vigente. Conforme Souza e Rodrigues (2004, p. 42),

Durante o Regime Militar, o planejamento urbano foi conservador porque representou a manutenção da ordem econômica e social vigente no Brasil com todas as suas iniquidades, e autoritário, porque as decisões foram tomadas por um pequeno grupo de pessoas e imposto à população, às vezes na marra, sem consulta ou consentimento prévio.

Neste cenário autoritário e centralizador, foi implementada uma série de medidas que impactaram sobre o espaço urbano brasileiro que vão desde a criação das primeiras nove zonas metropolitanas brasileiras, em 1973¹, bem como da criação de órgãos estatais como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfnau, o Banco Nacional da Habitação - BNH e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU² (todos criados no Regime Militar e extintos nas décadas seguintes, em virtude de crises que se instalaram dentro das próprias instituições e do sistema como um todo). Tais medidas e instituições só vieram a reforçar o caráter conservador do planejamento urbano brasileiro.

A década de 1970 foi marcada pela superação numérica da população urbana sobre a população rural - 55,9% de população urbana contra 44,1% de população rural. Em um de seus trabalhos, Rolnik & Cymbalista salientam que, já em 1996, 78,4% da população brasileira viviam em cidades, proporção que ultrapassa os 80%, atualmente (2009, p. 2). Tal aumento populacional no espaço urbano gerou as condições necessárias para que o tema “planejamento urbano” venha ocupando lugar de destaque no cenário nacional, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, nos seus artigos 182 e 183, contemplam, pela primeira vez em uma Carta Magna, as bases da política urbana nacional: ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (CF 1988, Art. 182) - uma vitória da luta da sociedade civil organizada depois de tantos conflitos políticos, jurídicos e civis. Todavia, a regulamentação do texto constitucional deu-se apenas treze anos depois, com a Lei 10.257 de 2001, que lança o Estatuto da Cidade, onde, por meio de seu texto, define o que, como e a quem compete implementar as ações necessárias à promoção de uma cidade mais justa para toda a comunidade.

Dentre as ações definidas pelo Estatuto da Cidade, destacamos aqui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU. Um documento de caráter obrigatório para todos os municípios com população superior a 20.000 habitantes, pautado nas diretrizes expressas pelo Estatuto da Cidade e que deveria definir, no âmbito municipal, as vias de efetivação da política urbana nacional até o prazo máximo

¹ Em 1973, foram criadas oito zonas metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A Zona Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada em 1975.

² Recriado no ano de 2001 e renomeado em 2003 como Conselho das Cidades.

de outubro de 2006. Com o intuito de propiciar aos municípios brasileiros meios para que este documento fosse elaborado, empreendeu-se o seguinte trabalho:

O Ministério das Cidades, apoiado na missão de implantar o Estatuto da Cidade, passou a atuar, a partir de 2003, junto aos municípios em processos participativos de elaboração de planos diretores, por meio de repasse de recursos, ações de sensibilização e capacitação de técnicos e agentes locais, divulgação de material e articulação a outros programas federais. (AZEVEDO, 2011, p. 34)

Reparemos que nesta breve citação repousa um dos termos que deveria balizar todo o processo de construção do planejamento das cidades no Brasil depois de 1988: participativo. Entretanto, em crítica tecida pela supracitada autora, a compreensão do termo participativo competia a uma série de fatores externos ao processo, o que, por vezes, favoreceu a construção de planos diretores com um caráter "participativo", onde o gestor público, por meio de uma assessoria vinculada ao município – ou contratada por este – elaborava o documento e o entregava pronto com vistas ao simples atendimento da demanda federal, relegando a segundo - ou último - plano a participação popular no processo de construção do PDDU.

Tal caráter impresso na elaboração dos planos diretores no território brasileiro pode em parte estar vinculado às raízes que fundamentaram o planejamento urbano que aqui se desenvolveu: um processo permeado por uma série de vícios do passado recente da história nacional: “[...] a tradição, em especial no campo do planejamento urbano, de procedimentos centralizadores, autoritários e ineficazes de um urbanismo funcionalista e burocrático, que havia se consolidado durante os anos da Ditadura Militar”. (FERREIRA, 2001, p. 3).

Tais "características genéticas" do planejamento urbano brasileiro culminam, na maioria das vezes, por gerar propostas que, conforme Ferreira (2001), não estão em consonância com a realidade e tampouco com as reivindicações das populações que ocupam o espaço urbano para onde estas intervenções são pensadas/implementadas, ou, como ressalta o mesmo,

A ineficácia do planejamento urbano funcionalista se evidencia em inúmeras cidades, pela produção de "Planos Diretores" genéricos, tecnicistas e centralizadores, feitos em gabinetes bem longe da realidade urbana, voltados mais para a retórica eleitoral do que para serem efetivamente aplicados, e que quase sempre acabaram mofando em alguma gaveta das prefeituras. (FERREIRA, 2001, p. 4)

Esta prática de planejamento, calcada sob bases anacrônicas e elitizadas, vem contribuindo para a geração de cidades permeadas por desigualdades sociais que se refletem em espaços de segregação espalhados pelas grandes metrópoles brasileiras e mundiais, mas que, aos poucos, também são vistos em cidades de diferentes escalas, por meio da consolidação do modelo urbano pautado na divisão

centro/periferia, onde o periférico não é tido apenas como o que está à margem do ponto de vista físico, mas à margem das políticas governamentais de modo a suprir as necessidades de uma crescente população que cada vez mais vem engrossando o coro dos excluídos socialmente do "Direito à Cidade" no espaço urbano brasileiro.

3. UMA OUTRA MANEIRA DE SE PLANEJAR O URBANO: É POSSÍVEL?

É fato perceptível que o modelo urbano nacional na atualidade é fruto de uma lógica de pensamento capitalista pautada nos interesses dos detentores das riquezas, que impõem, em grande parte, sua avidez acima das necessidades vivenciadas pelas populações que então ocupam o espaço urbano. A fim de melhor apreender o modo como o urbano se desvela sobre o espaço, um conceito implícito a este fato merece ser debatido: o conceito de urbanização. Para Castells, (2011, p.111), a urbanização caracteriza-se pela relação entre sociedade e espaço. Assim sendo, se o espaço é fruto das interações capitaneadas pela sociedade que o ocupa, logicamente, o modo como estas interações serão vistas enquanto formas, estruturas e funções por sobre este espaço resultarão diretamente do modo como esta sociedade produz o espaço. E mais que isso. Ao tecer uma breve consideração acerca das contribuições de Lefebvre, Harvey e Castells para com a Sociologia Urbana, Konzen exprime:

O espaço não se caracteriza simplesmente por ser um espelho das relações sociais; mais do que isso, ele é também uma fonte de dinâmicas sociais. O espaço representa tanto uma maneira pela qual o passado alcança o presente quanto um modo pelo qual o presente fornece material para construir o futuro. (KONZEN, 2011, p. 87).

Partindo desta constatação, Castells discorre sobre o modo como se configurou a urbanização nos países com predominância do modo de produção socialista - ressalve-se que, nas palavras do próprio autor, o caráter "embrionário" do modo de produção socialista não permite a elaboração de explicações, inclusive acerca do fenômeno urbano nestes espaços. Todavia, o desenvolvimento de modelos diferenciados daqueles que hoje predominam na sociedade mundial já nos permite aventar a hipótese de que outras formas de planejamento com reflexo na urbanização são passíveis de implementação: discorrendo de modo sucinto sobre os modelos implementados na antiga União Soviética, na China e em Cuba. Dentre os modelos descritos pelo autor, a experiência soviética - tida como potência socialista desenvolvida - mostrou-se a mais semelhante com o modo capitalista, tendo em vista o fato de que os problemas vivenciados pelas cidades russas aparentavam-se com aqueles enfrentados pelas cidades americanas. Todavia, o sentido social, a função técnica, e, sobretudo, a solução dos mesmos são essencialmente diferentes. (CASTELLS, 2011, p. 116).

Em Cuba e na China, o planejamento implementado pautou-se em um planejamento cuidadoso e na negação da constituição de polos de desenvolvimento, o que, sobremaneira, contribuiu para que, ao menos durante determinado período, os fluxos migratórios não viessem a engrossar os centros urbanos – que, no caso da China, tiveram seus crescimentos populacionais condicionados ao crescimento vegetativo – retardando, assim, uma série de problemáticas que, por nós, da face ocidental capitalista e subdesenvolvida do planeta, percebemos como um significativo aumento concomitante ao *boom* populacional urbano.

Tal fato, embora seja incipiente para a proposição de uma teoria urbana diferenciada – por conta da não consolidação do modo de produção socialista de maneira plena – serve para ilustrar a ideia de que não se necessita chegar ao caos urbano a fim de lograr o tão sonhado desenvolvimento, pois, nas palavras do próprio autor,

Os exemplos de China e de Cuba mostram claramente que a urbanização acelerada e sem controle não é uma evolução necessária determinada pelo nível de desenvolvimento, e indicam de que maneira uma nova estruturação de forças produtivas e de relações de produção transforma a lógica da organização do espaço. (CASTELLS, 2011, p. 119)

Mas então se há outra (ou outras) possibilidade(s) de se efetivar o planejamento urbano, qual seria a justificativa para a não implementação destas experiências no mundo capitalista? Porque os modelos tidos como socialistas não conseguiram manter-se no mundo atual? A fim de responder estes questionamentos, valemo-nos das contribuições de Harvey, quando da explicação dada pelo autor acerca do valor de uso e valor de troca do solo urbano. O geógrafo britânico explica que, recorrentemente, geógrafos, políticos, economistas e outros estudiosos, amparados por teorias anteriores como a elaborada por Jevons, fiam-se da ideia de que uso e troca são conceitos que têm sustentação enquanto separados, o que, via de regra, culmina pela opção de um ou outro quando da elaboração de suas análises, inclusive ao discorrer acerca do solo urbano. Amparado pelas ideias de Marx, Harvey (1980) ratifica que tal opção metodológica tem contribuído para assegurar o processo de alienação do homem:

(1) do produto do trabalho (do mundo dos objetos e da natureza), (2) da atividade da produção (como perderam o controle dos meios de produção), (3) de sua própria e inerente "espécie" (que se baseia no sentido pelo qual os seres humanos são uma parte da natureza, e por isso, tem uma natureza humana) e (4) de si próprios (como cada indivíduo assume uma identidade e é forçado a competir mais do que a cooperar com os outros). (HARVEY, 1980, p. 134)

Tal situação vem corroborando com a manutenção e ampliação do modo capitalista de produção através do atendimento de seus interesses mediante o favorecimento da circulação do capital de modo

rápido e eficaz, tendo em vista o caráter de mercadoria atribuído aos objetos. Em grande parte, pode-se afirmar que tal caráter mercadológico atribuído aos objetos - o que atualmente inclui a sociedade e suas relações - é fortalecido pelo fato de que as regras do jogo são, muitas vezes, pré-estabelecidas por entes externos ao espaço no qual deverão ser aplicadas. Especialmente com relação ao solo urbano no tocante ao seu uso, Harvey é enfático ao dizer que

[...] não importa o quão sofisticado seja nosso entendimento disto, não podemos criar uma teoria adequada do uso do solo urbano fora dele. Para isso emergir, devemos focar a atenção naqueles momentos catalíticos do processo de decisão sobre o uso do solo urbano, quando o valor de uso e o valor de troca colidem para tornar o solo e as benfeitorias mercadorias. (HARVEY, 1980, p. 137).

Assim sendo, pode-se sugerir que uma teoria urbana que possa influenciar um modelo de planejamento eficaz – do ponto de vista da justiça social – necessita ponderar a respeito do valor de uso e troca sem privilegiar um ou outro, e ser erigida a partir do cerne para/no qual será pensada/implementada. Diferentemente do modelo urbanístico tradicional, a legislação e todo o rol de artificios necessários para a regulação do espaço urbano deve ter, na sua constituição, como ponto primordial, a visão, o entendimento, as necessidades e os anseios daqueles que o ocupam a fim de efetivar a tão sonhada justiça social no espaço urbano.

De modo objetivo, pode-se inferir que a justiça social aventada por Harvey é parte integrante do Direito à Cidade, defendido por Lefebvre. Ao discutir este direito à cidade, Konzen, pautado pelas ideias de Lefebvre, afirma que

[...] a falta de consciência acerca das políticas do espaço revela a alienação da vida cotidiana. De todo modo, o programa político do direito à cidade encontra-se ainda em gestação em uma escala global, está longe de ser concluído precisamente porque “ele não é um direito natural nem um direito contratual”... (LEFEBVRE, 1973; p. 21, tradução do autor), é um direito em construção e a ser construído. (KONZEN, 2011, p. 89)

Por tratar-se de um direito em construção, acredita-se que sua efetivação só pode concretizar-se a partir do instante em que aqueles que vivenciam o espaço urbano tomarem consciência dos processos que o definem e, mais que isso, forem parte integrante da elaboração dos processos decisórios que implicarão sobre o espaço em que vivem. Tal conclusão corrobora com o que expressa Lefebvre:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. [...] Em

si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna "necessariamente" revolucionária. (LEFEBVRE, 2011, p. 113)

Evocando novamente uma das ideias já debatidas neste trabalho, para a efetivação do direito à cidade, acredita-se que uma das vias de maior possibilidade de sucesso seja repensar os processos de planejamento urbano de modo a que estes sejam participativos, combatendo assim a ideia de que o espaço urbano seja visto como mero produto, mas que possa ser vivenciado em sua plenitude, ou, como propõe Lefebvre, enquanto "obra", no sentido mais próximo possível da arte, tendo em vista a amplificação da realização do homem enquanto ser social e coletivo.

4. O BREVE RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Um dos temas que corriqueiramente tem-se abordado no transcórre deste trabalho é a questão da participação vinculada ao planejamento urbano. Entretanto, como proceder para que esta participação de fato ocorra, contemplando o conhecimento, necessidades e anseios da população em questão? Como alento a este assunto, Carvalho (2014) afirma que

[...] a legislação brasileira possui no seu escopo uma série de recursos legais que visam favorecer a efetivação deste planejamento de modo a contemplar as demandas da sociedade mediante a participação popular. Tais mecanismos estão dispostos de modo sucinto e acessível no texto da Lei Federal nº 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade. (CARVALHO, 2014, p. 6)

Valendo-se desta possibilidade aberta pela legislação Federal é que foi proposto e vem sendo implementado o projeto "Exercendo a Cidadania: aluno informado, município organizado". O referido projeto consiste numa tentativa de se proverem bases para a criação de um arcabouço legal relacionado ao planejamento urbano da pequena cidade de Campos Sales, Ceará – a primeira lei de bairros do município –, de modo participativo, tendo como base a superação de algumas dificuldades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem na disciplina de geografia através da prática da pesquisa-ação norteadas pelos conceitos da cartografia participativa.

A fim de melhor relatar nossa experiência, é interessante que se apresente, brevemente, quais dificuldades foram identificadas na prática de ensino de geografia do local onde se desenvolveu o projeto, para que se possa situar de modo mais preciso o passo a passo da pesquisa empreendida. Dentre os problemas vivenciados em sala de aula, no tocante à *práxis* da disciplina de geografia, Cavalcanti, Silva & Souza (2014) contemplam de modo direto qual a principal dificuldade por nós experimentada: o uso do contexto socioespacial do aluno na sala de aula. Tal dificuldade amplifica-se em virtude do teor do

material didático disponível para se trabalhar com os alunos³ que, na situação em questão, resume-se ao livro didático. Acerca do livro didático, temos a seguinte consideração:

[...] os livros didáticos, ainda hoje, possuem um conteúdo unificado com textos específicos e em grande parte só literários que não atendem às necessidades de todas as camadas sociais, o que causa grandes dificuldades para se desenvolver efetivamente um trabalho pedagógico com enfoque nas peculiaridades regionais. (VERSEZE & SILVINO, 2008, p. 93)

Esta falta de sintonia com a realidade vivenciada pelos alunos, associada a outros pormenores do fazer de sala aula, acaba por, em grande parte dos casos, tornar o ensino de geografia desinteressante aos olhos dos alunos. E como vencer mais esta dificuldade? Partindo do pressuposto de que a adequação curricular à realidade cotidiana dos alunos pode tornar a relação ensino-aprendizagem mais profícua, empreendeu-se a pesquisa partindo do espaço conhecido pelos alunos. O primeiro passo foi a delimitação do campo de trabalho. Como a escola onde o projeto fora implementado possui alunos oriundos do campo e da cidade do município (**Mapa 1**) em tela, o primeiro passo foi reunir dados na secretaria da própria escola, visando identificar qual a predominância residencial dos alunos. Quando da pesquisa, constatou-se que, dos 761 alunos matriculados na escola sede⁴ (**Figura 1**), apenas 243 eram oriundos do campo, constatação esta que levou à definição de que o trabalho buscava contemplar alguma problemática relacionada ao espaço urbano de Campos Sales.

Tendo nosso campo de atuação delimitado, o grupo que compunha-se de dez alunos então matriculados na turma "B" do primeiro ano do Ensino Médio. Iniciou uma série de visitas de campo (**Figura 2**) aos diferentes bairros da cidade para visualizar *in loco* as condições de vida da população urbana de Campos Sales. Muitos foram os problemas identificados por nós, desde esgotos a céu aberto, passando por trechos de ruas sem pavimentação e precariamente iluminadas à ausência de equipamentos públicos para o atendimento das necessidades básicas da população em todos os bairros, tais como praças, postos de saúde, creches e escolas. Todavia, uma situação peculiar chamou a atenção: quando se indagava aos moradores que bairro era aquele que estávamos visitando, por mais

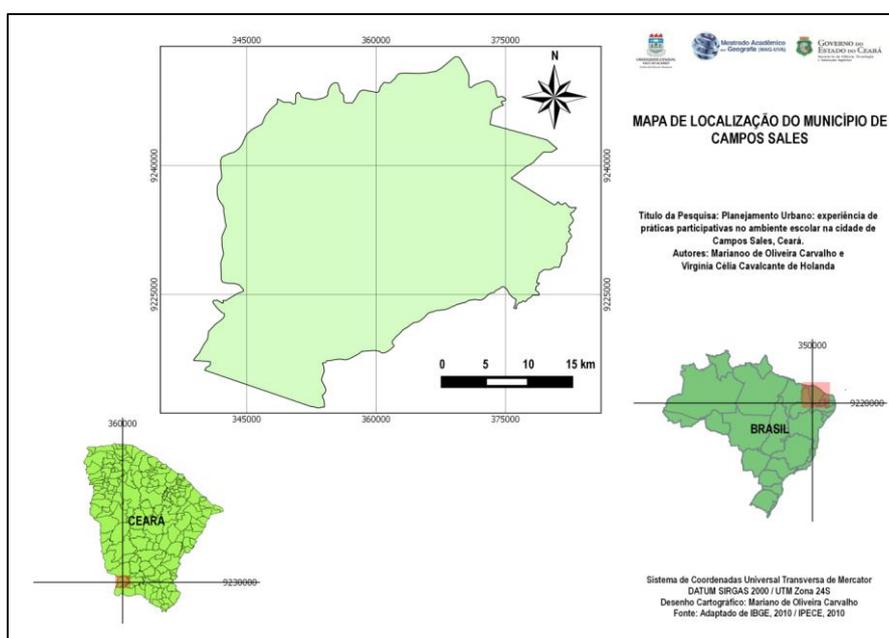
³ Ao referir-se ao teor do material didático como sendo um amplificador da dificuldade em se trabalhar o contexto social dos alunos em sala de aula não implica necessariamente que o mesmo não disponha de qualidade do ponto de vista teórico. O fato é que os livros em geral são produzidos fora da região para o qual são destinados, contemplando em seus conteúdos imagens, gráficos, tabelas e exemplos não condizentes com a realidade vivenciada pelos alunos.

⁴ O município de Campos Sales possui uma área territorial de aproximadamente 1.083 km². O acesso à escola pelos alunos que não moram na sede é difícil por conta das más condições das vias de tráfego e das longas distâncias a serem percorridas. Tal situação levou o Governo Estadual, em parceria com o Governo Municipal, a instituir as Extensões de Ensino Médio, que são "filiais" da escola sede, localizadas nas sedes distritais do município. Essa estratégia se iniciou em 2008, e visa a democratizar o acesso à educação aos jovens residentes nestas áreas. A E.E.M. de Campos Sales possui, atualmente, três extensões de ensino.

de uma vez, vizinhos davam respostas diferentes. Este fato fez com que o grupo definisse um novo foco para a pesquisa: em qual bairro você mora?

Tendo em vista que dez alunos e um professor não dispunham de recursos suficientes para percorrer, naquele momento toda a cidade, tampouco para inquirir toda a população urbana, foram definidos pontos para coleta de informações. Os pontos escolhidos tinham em comum o fato de popularmente serem reconhecidos como áreas limítrofes entre os diferentes bairros conhecidos da cidade.

Mapa 1 - Mapa de localização do município de Campos Sales, Ceará.



Fonte: adaptado de IBGE, 2010/ IPECE, 2010.

Figura 1 - Vista frontal da Escola de Ensino Médio - E.E.M. de Campos Sales, o "Grupinho da Praça".



Fonte: Fotos do autor.

Figura 2 - Campo com os alunos do Projeto "Exercendo à Cidadania: aluno informado, município organizado".



Fonte: Fotos do autor.

Ao todo, foram entrevistadas 110 pessoas em diferentes locais, das quais 21 delas não souberam afirmar em qual bairro moravam. Saliente-se que todas as dúvidas identificadas estavam em áreas periféricas da cidade e que, a partir da visualização de documentos como contas de luz, água e

impostos como o IPTU, pôde-se concluir que os órgãos oficiais como as prestadoras de serviços e a prefeitura municipal também não dispunham de uma base comum, tendo em vista que uma mesma residência poderia estar em dois ou mais bairros diferentes, de acordo com as faturas apresentadas pelos moradores.

Neste instante, surge um novo gargalo para o projeto: como delimitar os problemas identificados com as visitas de campo sem se saber com exatidão onde começam e terminam os bairros existentes? A fim de encontrar estes limites, inicialmente, buscaram-se informações junto à Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, situada na cidade de Juazeiro do Norte. Por meio de um telefonema, o técnico da agência que nos atendeu informou que o IBGE trabalha nos censos com uma subdivisão própria da instituição: os setores censitários, e que, em relação à divisão da cidade por bairros, competia ao próprio governo municipal elaborar a legislação pertinente, que, em termos gerais, denomina-se "lei de bairros".

De posse destas informações, buscou-se contato com a Prefeitura Municipal de Campos Sales e com a Câmara Municipal do mesmo município a fim de encontrar a divisão de bairros da cidade. Após visitas às instituições e conversas com alguns de seus representantes, foi informado que o município não dispunha de tal arcabouço legal. Sabedores disto, articulou-se uma parceria envolvendo a escola através dos alunos integrantes do projeto e seu orientador, a Agência do IBGE de Juazeiro do Norte e a Câmara Municipal de Campos Sales, e ficou estabelecido que o IBGE, por meio de seus técnicos, dariam subsídios aos integrantes do projeto para que se pudesse produzir dados passíveis de aproveitamento pela Câmara Municipal na geração da primeira lei de bairros de Campos Sales, de modo que as informações prestadas pela comunidade fossem respeitadas quando da subdivisão dos limites urbanos.

Tal proposta tornou-se uma fecunda oportunidade para que os alunos envolvidos no projeto pudessem conhecer de modo mais aprofundado a cidade em que vivem e, para o professor, a partir dos conhecimentos adquiridos, associando-os aos conceitos inerentes ao saber geográfico, pudesse enriquecer sua *práxis* didática a partir da inclusão de elementos conhecidos dos alunos, contextualizando assim suas práticas de ensino de geografia.

A necessidade de mapear a cidade exigiu a utilização de uma das ferramentas que tradicionalmente caracterizam o *modus operandi* de se fazer geografia: a cartografia (CARVALHO & HOLANDA, 2014). Entretanto, qual cartografia utilizar? A fim de responder esta questão, empreenderam-se leituras que trouxeram aportes como o que temos a seguir:

A cartografia está se tornando mais radical. Nas últimas décadas não apenas surgiram diferentes propostas para repensar a natureza dos mapas, *mas também iniciativas para aplicar a cartografia como ferramenta na luta contra a injustiça social*. Esses projetos usam rótulos

como “cartografia social” (ALMEIDA; FARIAS JR., 2013. Grifo do autor), “cartografia crítica” (CRAMPTON; KRYGIER, 2004), “cartografia radical” (MOGEL; BHAGAT, 2007), “cartografia comunitária” (PERKINS, 2007, WOOD, 2010), “contra-cartografias” ou “contra-mapeamentos” (PELUSO, 1995; HODGSON; SCHROEDER, 2002; DALTON; MASSON-DEESE, 2012), “cartografias subversivas” (PINDER, 1996; SEEMANN, 2012) ou “cartografia participativa” (Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 2009). (Seemann & Carvalho, 2014)

Em virtude do trabalho contemplar a ativa participação dos alunos, conjuntamente a identificação das problemáticas urbanas da cidade de Campos Sales, tendo em vista a integração e participação da comunidade no processo de planejamento urbano, optou-se pelo uso da cartografia participativa como técnica de mapeamento, tendo em vista as características vinculadas a esta, conforme ressalta-se a seguir:

A cartografia participativa surgiu a partir de metodologias de avaliação rural participativa, que tinha uma ampla disseminação junto à comunidade dedicada ao desenvolvimento nos anos oitenta. A avaliação rural participativa enfatiza a *transparência* e a *inclusão de todos os membros da comunidade em uma atividade, na maioria das ocasiões relacionadas com uma iniciativa de desenvolvimento ou algum processo comunitário de tomada de decisão*. (tradução e grifos do autor) (Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 2010, p. 6)

A partir da aplicação em campo dos princípios da cartografia participativa, das orientações oferecidas pelos técnicos do IBGE, pela análise dos documentos disponibilizados pela Câmara Municipal e aprofundamento nos conceitos discutidos em sala de aula com a disciplina de geografia, conseguiu-se produzir por sobre a impressão da planta urbana da cidade de Campos Sales um desenho com os limites dos bairros existentes na cidade de acordo com as informações prestadas pela própria comunidade (**Figura 3**).

Esta primeira produção cartográfica foi entregue à Câmara Municipal e, atualmente, em conjunto com outros documentos, aguarda a conclusão dos trabalhos de georreferenciamento dos limites encontrados para que possa integrar o que virá a ser primeira Lei de Bairros da cidade de Campos Sales. No âmbito da sala de aula, a interação entre os alunos e o professor no transcorrer das aulas de geografia tornou-se mais efetiva e envolvente, tendo em vista que o "mapa" produzido resultou de um esforço realizado pelos próprios alunos. Com base nas experiências vivenciadas no campo, debatidas face ao conhecimento que os próprios alunos já detinham, foi possível a discussão dos conceitos de geografia de modo contextualizado, inserindo-os enquanto atores do processo de construção do conhecimento e não meros receptores de informação.

Figura 3 - Pintura a lápis sobre impressão sem escala da planta urbana de Campos Sales, com as divisões de bairros da cidade de acordo com a pesquisa de campo e análise de documentos.



Fonte: Dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço aqui empreendido permitiu elaborar alguns apontamentos. O primeiro deles é que, historicamente, os processos que orientaram o planejamento urbano brasileiro tiveram – e ainda têm – uma fundamentação tradicional, centralizadora e elitizada, o que contribuiu para o estabelecimento de um quadro de urbanização que teve como consequência variadas formas de segregação espacial. Entretanto, em virtude das contracorrentes que aqui se estabeleceram – os reclames da sociedade – a própria legislação urbana já dá sinais de buscar adequar-se aos interesses da comunidade mediante mecanismos como o Estatuto da Cidade.

O segundo ponto que a pesquisa permitiu identificar é que há, no registro bibliográfico, uma série de aportes teóricos que corroboram com os ideais de um processo de planejamento urbano participativo que culmine por contribuir para a resolução dos problemas relacionados à questão urbana, de modo a contemplar a justiça social neste âmbito, efetivando, assim, o direito à cidade por parte das classes menos favorecidas.

O terceiro apontamento vincula-se a uma possibilidade real e prática de se contribuir para a mudança do modelo de planejamento urbano vigente através da modificação das práticas de ensino de geografia, visando sua contextualização didática mediante o aprofundamento das relações estabelecidas entre a escola e a comunidade. Tal possibilidade aqui versada efetiva-se a partir do exercício da cidadania através da inserção dos alunos na vida política do espaço onde vivem, tornando-os mediadores

entre as dificuldades e anseios da comunidade da qual os próprios fazem parte e as instituições de representação direta da população, o que, além de ganhos para a vida em comunidade, favoreceu o enriquecimento da relação ensino-aprendizagem no tocante à disciplina de geografia, tendo em vista o aprofundamento dos conteúdos de modo contextualizado e assessorados pelos fundamentos da cartografia participativa.

Diversas foram as dificuldades enfrentadas – algumas ainda não transpostas – e, certamente, as conclusões a que chegamos não se tratam de um receituário passível de aplicação *ipsi literis* como via de resolução de todas as problemáticas urbanas ou ligadas à prática de ensino de geografia. Contudo, as indicações aqui expressas constituem-se numa real possibilidade de que outras formas de se pensar o urbano e o ensino de geografia são passíveis de elaboração, proposição e implementação. Nesse contexto de um movimento dialético, saímos de um trabalho de extensão, ancorados em uma experiência considerada exitosa, para perceber seus efeitos, contradições e desafios balizados na pesquisa científica voltada à dissertação do mestrado.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Heloisa Pereira Lima. “Planejamento e Gestão Municipal: planos diretores - avanços e alertas na implementação”. In: FARIA, Rodrigo de. SCHVARBERG, Benny. (Orgs.) **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011. 229 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35ª. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. – (Série textos básicos ; n. 67)

_____. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata. – 2ª. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 69 p. – (Série legislação; n. 35)

CARVALHO, Mariano de Oliveira. **Planejamento Urbano Participativo**: experiências, desafios e possibilidades na Cidade de Campos Sales - CE. Projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - MAG/UEVA.

CARVALHO, Mariano de Oliveira. HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. **O Uso de Imagens de Satélite como Recurso Didático para a Compreensão de Problemáticas Urbanas**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, Espírito Santo. 2014. Disponível em < <http://www.cbg2014.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=5#M>> Acesso aos 19 de dezembro de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**./ Tradução de Arlene Caetano. 4ª ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 590 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza; SILVA, Silvana Alves; & SOUZA, Vanilton Camilo. **O plano diretor como recurso didático para ensinar sobre a cidade e a formação para a cidadania**. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº5, p. 9-26, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://seer.uece.br/geoeuce>> Acesso aos 27 de dezembro de 2014.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Gestão democrática e participativa**: um caminho para cidades socialmente justas? Artigo publicado na revista Democracia Viva, do Ibase. No. 18, setembro/outubro de 2003. Disponível em: < http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_gestao democratica_ibase.pdf> Acesso aos 04 de setembro de 2014.



FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA. **El enfoque adaptativo del FIDA relativo a la cartografía participativa**: diseño y ejecución de proyectos de cartografía participativa. Roma: FIDA, 2010. 43 p.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p.

IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/20XIA>> Acesso aos 10 de janeiro de 2015.

KONZEN, Lucas Pizzolatto. **A mudança de paradigma em sociologia urbana**: do paradigma ecológico ao socioespacial. Revista de Ciências Humanas - Florianópolis - Volume 45, Número 1 - p. 79-99- Abril de 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**./ Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Centauro, 2011. 144 p.

ROLNIK, Raquel. CYMBALISTA, Renato. **Regulação Urbanística no Brasil**: conquistas e desafios de um modelo em construção. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000. Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf>> Acesso aos 10 de janeiro de 2015.

SEEMANN, Jörn; CARVALHO, Mariano de Oliveira. **Expedições Geográficas e Militância Cartográfica na Cartografia Escolar no Brasil**. 2014. Manuscrito não publicado.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.